

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Objeto: Contratação de Empresa para construção da Escola Municipal Vovó Valdete, localizado no Prolongamento da Rua das Magnólias, nº SN, Jardim Magnólias II, no município de Boa Esperança, MG.

Equipe de Planejamento

Luiz Gabriel Monteiro

Nome	Luiz Gabriel Monteiro
Setor	Engenharia e Projetos
E-mail	smo.engenharia06@boaesperanca.mg.gov.br
Telefone do setor	(35) 3851-8043
Sec. solicitante	Secretaria Municipal de Educação
Data do pedido	07/01/2026

Justificativa

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental, e, embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

Durante o Estudo Técnico Preliminar, diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de contratação claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente.

A contratação justifica-se pela necessidade de construção da Escola Municipal Vovó Valdete, considerando que a unidade funciona atualmente em imóvel alugado, o qual não atende de forma plena às exigências técnicas, pedagógicas, de acessibilidade e de segurança necessárias a uma edificação escolar.

O imóvel atualmente utilizado não permite ampliações ou adaptações suficientes para suprir a demanda existente por vagas, tampouco atende de forma plena às normas técnicas da ABNT, às exigências de acessibilidade, às condições de segurança contra incêndio e pânico, e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle.

Além disso, a construção da Escola Municipal Vovó Valdete decorre da crescente demanda por vagas na rede municipal de ensino, especialmente na região do bairro Magnólia e seu entorno, onde o aumento populacional tem gerado sobrecarga nas unidades escolares existentes.

A localização proposta para a nova edificação foi definida de forma estratégica, de modo a

facilitar o acesso dos alunos e reduzir o deslocamento diário das famílias, contribuindo assim para a descentralização dos atendimentos educacionais e melhoria na qualidade do serviço público prestado.

Além da ampliação da oferta de vagas, a obra visa proporcionar um ambiente escolar seguro, acessível e de qualidade, dotado de infraestrutura física e pedagógica compatível com as exigências atuais da educação básica. O novo espaço permitirá a realização de atividades educativas, culturais e esportivas, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade, e promovendo o desenvolvimento social da região.

A obra busca atender ao Convênio nº 1261001157/2024, cujo objetivo é a construção de uma nova unidade educacional, visando qualificar ainda mais as condições físicas da rede de ensino público municipal. Com essa nova unidade a rede municipal de ensino terá uma estrutura nova e moderna para melhor atender a comunidade, permitindo que a rede de ensino municipal continue a desempenhar seu papel central no desenvolvimento social e educacional das crianças, além de valorizar o espaço público como um ponto de apoio e integração para a comunidade.

A construção da Escola Municipal Vovó Valdete será no Prolongamento da Rua das Magnólias, nº SN, Jardim Magnólias II, no município de Boa Esperança, MG.

Enquadramento do objeto

- ☐ Serviço não continuado
- ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☒ Obra
- ☐ Serviço Comum de Engenharia

No presente caso, o objeto da licitação se enquadra como uma obra comum de engenharia, uma vez que as atividades envolvidas seguem padrões convencionais e metodologias amplamente aceitas no mercado, sem necessidade de técnicas avançadas ou soluções inovadoras.

Não há complexidade técnica ou risco técnico elevado que possa justificar sua classificação como obra especial. As tecnologias empregadas são amplamente disponíveis e aplicáveis a projetos de baixa complexidade.

Com base na legislação vigente e nas características do projeto, confirma-se que o objeto desta licitação é uma Obra Comum de Engenharia, aplicando-se as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/21.

1- Descrição da necessidade de contratação

A presente justificativa para a construção da Escola Municipal Vovó Valdete fundamenta-se na necessidade de ampliação da oferta de vagas na rede municipal de ensino, bem como na

implantação de uma unidade educacional que atenda de forma mais próxima e acessível à população residente no bairro Magnólia e em seu entorno, no município de Boa Esperança/MG.

A referida demanda evidencia a urgência na expansão da capacidade da rede municipal de educação naquela localidade, visando suprir o crescente número de matrículas e garantir o atendimento adequado às famílias da região. A implantação da nova escola proporcionará o aumento da oferta de vagas e disponibilizará uma infraestrutura moderna, segura e adequada ao pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas, assegurando um ambiente educativo de qualidade, que favoreça o aprendizado e a realização de diversas práticas escolares e comunitárias

2- Previsão da contratação no Plano Anual de Contratações

O presente item não se aplica a proposta de eventual contratação em tela posto que não há Plano Anual de Contratações em vigor na Município de Boa Esperança/MG até a presente data. Entretanto, encontra-se em fase de elaboração o cronograma para o seu desenvolvimento para que seja publicado no ano corrente e aplicado no ano de 2027.

3- Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação objeto deste estudo preliminar apresenta os seguintes requisitos:

3.1 Internos

- a) Definição do local de execução dos serviços, localizado no logradouro:
- Prolongamento da Rua das Magnólias, nº SN, Jardim Magnólias II, no município de Boa Esperança, MG.
- b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Empresa de engenharia para execução de serviços de construção, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou

serviço com características similares ao objeto a ser contratado;

h) Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

3.2 Externos (legais)

a) LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

b) Lei nº 5.194, DE 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

c) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

d) Lei nº 6.496, DE 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

e) Código de Trânsito Brasileiro | LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997;

f) NBR 9050/2020 – ABNT -Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

3.3 Outros requisitos:

Cronograma Físico-Financeiro - doc. anexo.

BDI - doc. anexo.

3.3.1 REGIMES DE EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Os regimes de execução admitidos na execução indireta de obras e serviços de engenharia são elencados no art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021:

I- empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

II- empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

III- empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

IV- contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

V- contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as

demaís operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

VI- contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

VII- fornecimento e prestação de serviço associado: regime de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo determinado;

Nas obras e serviços de engenharia, os regimes mais utilizados são as empreitadas por preço global ou por preço unitário.

A empreitada por preço global é um tipo de contrato no qual a execução de uma obra ou serviço é acordada por um preço fixo e total. Nesse modelo, cada parte assume o risco de eventuais variações nos quantitativos originalmente previstos na planilha orçamentária. Se, ao final da obra, a contratada fornecer ou executar quantidades superiores às estimadas, ela não poderá cobrar a Administração por custos adicionais além de um limite pré-determinado. Da mesma forma, se os quantitativos fornecidos ou executados forem inferiores ao estimado, a Administração não poderá realizar descontos além de um limite também estabelecido. Essa modalidade de contrato busca equilibrar os riscos entre contratada e Administração, garantindo um preço final previsível e justo para ambas as partes envolvidas.

É por isso que a adoção de tal regime pressupõe um projeto básico de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

Já empreitada por preço unitário é caracterizada pelo estabelecimento de um preço para cada unidade específica de trabalho. Os pagamentos são determinados com base na medição dos serviços efetivamente executados, o que elimina o risco para os contratantes em relação a variações nos quantitativos estimados. Esse tipo de contrato é mais apropriado em situações onde não se pode prever com precisão todos os quantitativos totais da obra. A execução das unidades de trabalho ocorre conforme a necessidade, sendo realizadas medições periódicas para quantificar os serviços executados e calcular a remuneração correspondente.

JUSTIFICATIVA: O regime de execução para a presente contratação é a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações:

Os serviços que compõem o objeto da contratação são indivisíveis, e a Administração requer a execução completa do objeto para sua plena satisfação. Portanto, a escolha do regime de empreitada por preço global é justificada pela necessidade de elaboração de projetos que permitam uma definição clara dos aspectos qualitativos e quantitativos do serviço. Isso possibilita que o licitante elabore sua proposta de forma precisa, assegurando

que todos os requisitos sejam atendidos integralmente ao longo da execução do contrato.

3.3.2 PRAZO DE CONTRATO

O prazo do contrato está alinhado com o cronograma anexo, que estabelece um período total de 12 (doze) meses para a conclusão da obra. É fundamental que todas as fases do projeto sejam executadas conforme as datas e etapas especificadas no cronograma.

O cumprimento rigoroso deste cronograma é crucial para garantir que todas as intervenções sejam realizadas conforme as especificações do projeto. Desvios no cronograma podem comprometer a entrega final da obra. Portanto, é essencial que todas as partes envolvidas monitorem e gerenciem o progresso com atenção, assegurando a conclusão bem-sucedida dentro do prazo estipulado.

3.3.3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.3.3.1 EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.3.3.1.1 Registro da empresa no conselho profissional

A exigência de registro da empresa na entidade profissional competente (art. 67, V, da Lei nº 14.133/21) refere-se à atividade básica do objeto da contratação conforme entende o TCU:

"9.3.1. faça constar dos editais, de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, abstendo-se de exigir o registro ou inscrição das empresas licitantes quando não figurar no âmbito de competência destas entidades a fiscalização da atividade básica do objeto do certame;" (Acórdão nº 1.034/2012 - Plenário)

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA ou ao CAU, com base na seguinte justificativa técnica:

Conforme disposto no art. 7º da Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973, o profissional de engenharia é responsável pelo desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, em virtude de o serviço preponderante da presente contratação ser objeto de fiscalização por parte do conselho/entidade profissional, seja necessária a exigência de registro/inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU) em plena validade.

3.3.3.1.2 Capacidade Técnico-Operacional

Conforme § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, a documentação relativa à qualificação

técnico - profissional e técnico-operacional será restrita a:

II certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que nem toda empresa possa cumprir de forma satisfatória, demandando assim a comprovação prévia para evitar riscos futuros à contratação.

A empresa deverá apresentar a Certidão de Acervo Operacional junto com a Certidão de Acervo Técnico correspondente, demonstrando a capacidade exigida.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-operacional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

- a) Corte, dobra e montagem de aço CA-50/60, inclusive espaçador -30.000,00 kg;
- b) Fornecimento de estrutura metálica e engradamento metálico, em aço, para telhado, exclusive telha, inclusive fabricação, transporte e montagem – 10.000,00 kg;

Fornecimento de concreto estrutural, usinado bombeado, com fck 25mpa – 350,00 m³.

3.3.4 CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.3.4.1 Condições de Entrega/Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 5 dias da emissão da ordem de serviço;
- b) Prazo para a execução da obra: conforme cronograma físico-financeiro anexo;
- c) Caso não seja possível a entrega na data estipulada no cronograma, a empresa deverá comunicar ao fiscal de contrato designado as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado,

ressalvadas situações de caso fortuito e força maior,

d) Para a perfeita execução da obra, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário e,

e) A execução da obra deverá observar os projetos básicos, memorial descritivo e demais elementos de engenharia (arquivos anexos).

3.3.5 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DA OBRA

O prazo de garantia contratual da obra é aquele estabelecido no Código Civil, e/ou demais códigos/normativas aplicáveis.

3.3.6 EXECUÇÃO DA OBRA E CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

- a) A execução das obras deverá ser levada a cabo em tantas frentes de serviços quantas forem necessárias a fim de que a obra seja concluído no prazo programado;
- b) A sistemática a ser empregada no preparo das áreas das obras deverá seguir fielmente ao Projeto Executivo;
- c) Durante a execução da obra, a Contratada deve levar em consideração os seguintes aspectos: qualidade dos serviços, inclusive obediência ao Projeto de Executivo e aos dispositivos contratuais; cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro; proteção ao meio ambiente; solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do fiscal;
- d) Deverão ser apresentadas as ARTs dos responsáveis pela execução das obras. Para tanto, todos os envolvidos e as ARTs estarão devidamente registrados no CREA;
- e) Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, incluindo as ambientais, sendo de responsabilidade da Contratada a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual;
- f) Toda e qualquer solução de engenharia apresentada e aplicada pela Contratada deve atender ou superar as prerrogativas estabelecidas no Termo de Referência, nos quesitos de qualidade, eficiência, durabilidade e segurança, atendendo solidariamente às normas e instruções aplicáveis;
- g) Não serão aceitas soluções cujas normas estejam em processo de descontinuidade;
- h) A ausência de especificação/citação de norma no presente texto, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade em executar o objeto de acordo com as normas e leis vigentes. Caberá a ela verificar as normas/leis aplicáveis.

3.3.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será feita pela Secretaria Municipal de Educação, através de seu responsável, e a fiscalização será feita pelo departamento de engenharia através do servidor Luiz Gabriel Monteiro. A fiscalização estará disponível para esclarecer as dúvidas da

contratada sobre os projetos, orçamento, cronograma de execução. A fiscalização será realizada semanalmente e durante os marcos principais da obra. A fiscalização atestará as notas fiscais emitidas e zelará pelo fiel cumprimento do contrato. Se verificada a desconformidade dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias imediatamente, sujeitando-se às penalidades legais.

A contratada deverá seguir procedimentos específicos para cada atividade, garantindo que todas as etapas do processo de execução do projeto sejam realizadas com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos. Deverá apresentar de relatórios periódicos, e manter o diário de obras sempre atualizado. Deverá comunicar quaisquer problemas. A contratada deverá seguir rigorosamente os procedimentos descritos para garantir a qualidade e a conformidade dos serviços prestados. O cumprimento dos prazos e a utilização dos equipamentos e recursos adequados serão monitorados pela equipe de fiscalização, assegurando que a obra de execução física do projeto de incêndio seja concluída dentro do cronograma.

A comunicação preferencialmente será feita por e-mail, podendo ser feito através de ligação telefônica ou pessoalmente. Tanto a contratada, quanto a fiscalização tem a obrigação de monitorar e manter o endereço de e-mail ativo. As ligações devem ser feitas ao departamento de engenharia durante o expediente de trabalho (7:00 as.16:00 horas).

3.3.8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados com base nas medições, conforme relatórios aprovados. O pagamento será feito após a aprovação dos relatórios de medição e confirmação da execução completa dos serviços conforme o projeto.

A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização junto com o boletim de medição que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Boa Esperança, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como a modalidade e o número da licitação.

Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Boa Esperança.

A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da

CONTRATADA.

O Município de Boa Esperança poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Boa Esperança.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Boa Esperança.
- d) Débito da CONTRATADA para com o Município de Boa Esperança quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

Juntamente com a Nota Fiscal, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- a)-CRF do FGTS;
- b)-CND do INSS;
- c)- CND Municipal emitido pela sede da licitante;
- d)- Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT;
- e)-Guia de recolhimento PIS/COFINS.
- f)- Boletim de medição.

3.3.9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Dado que o objeto da contratação envolve a execução de uma obra de engenharia, a licitação será conduzida na modalidade de Concorrência. O critério de julgamento adotado para selecionar a proposta vencedora será Menor Preço. Como se trata de uma obra comum de engenharia, sugerimos o prazo de 20 (vinte) dias úteis para apresentação das propostas.

A modalidade de Concorrência é adequada para este tipo de projeto, pois permite a participação de um número maior de concorrentes e garante uma avaliação rigorosa das

propostas. O critério de Menor Preço assegura que a escolha será feita com base na proposta financeira mais vantajosa, desde que atenda a todas as exigências técnicas e regulamentares estabelecidas no edital.

3.3.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I. Inscrever o serviço de engenharia no CNO no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início das atividades de construção/obra, se aplicável ao objeto;
- II. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o Art. 125 da Lei nº. 14.133/21.
- III. Assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após homologação e convocação via sistema eletrônico e/ou e-mail.
- IV. Uma vez comunicada de que a Prefeitura Municipal de Boa Esperança efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias úteis seguintes à comunicação, para assinatura de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.
- V. Proceder o fornecimento do serviço, dentro das condições, prazos e preços ajustados.
- VI. Dar plena e total garantia quanto à qualidade dos serviços, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante a vigência do Contrato.
- VII. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelos Setores Competentes, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- VIII. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura.
- IX. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Boa Esperança/MG.
- X. Encaminhar as propostas realinhadas (com preços finais) ao setor de Licitação/Pregão com prazo máximo de 01 (um) dia útil após o encerramento do certame.
- XI. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes das obrigações assumidas sem qualquer ônus para a PMBE.

- XII. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação.
- XIII. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados.
- XIV. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- XV. Prestar os serviços objeto deste contrato, sempre por intermédio de técnicos treinados e habilitados.
- XVI. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, por exigência da Prefeitura de Boa Esperança, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar, sem qualquer ônus financeiro à prefeitura.
- XVII. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável e relacionada aos serviços contratados.
- XVIII. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.
- XIX. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- XX. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- XXI. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- XXII. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante,

nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

XXIII. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela Fiscalização do Contrato, a cada medição efetuada, os seguintes documentos:

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo -B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

XXIV. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

XXV. Comunicar à Fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

XXVI. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

XXVII. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

XXVIII. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XXIX. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

XXX. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este

Projeto Básico, no prazo determinado.

XXXI. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XXXII. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

XXXIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

XXXIV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XXXV. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

XXXVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

XXXVII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

XXXVIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

XXXIX. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

XL. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

- O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as

eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas.

- O direito de utilização, pelo prazo de validade do contrato, de todos os produtos e serviços fornecidos, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

XLII. Fornecer, em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021, e os demais dispositivos legais pertinentes, todas as informações e documentos relacionados ao objeto da contratação, para controle, auditoria e verificação pela CONTRATANTE ou por órgão competente.

XLII. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como fornecer toda a documentação fiscal e trabalhista comprovando a regularidade junto aos órgãos competentes.

XLIII. Promover, quando solicitado pela CONTRATANTE, estudos, relatórios, atualizações e informações técnicas referentes à execução dos serviços.

XLIV. Proporcionar treinamento aos servidores da CONTRATANTE, quando necessário, para a correta utilização dos serviços.

XLV. Efetuar a manutenção dos serviços prestados, sempre que for necessário, com a devida comunicação e autorização da CONTRATANTE.

XLVI. Enviar relatórios periódicos sobre o andamento dos serviços, em conformidade com as especificações e prazos estabelecidos.

XLVII. Providenciar o documento de Habite-se da edificação, junto aos órgãos competentes, incluindo a elaboração dos projetos “as built”.

Ressalta-se que eventuais requisitos complementares que se façam necessários para o adequado atendimento do objeto serão oportunamente detalhados no Termo de Referência.

4- Estimativa das quantidades para contratação

A estimativa de quantidades foi obtida por meio do projeto arquitetônico.

Item	Und. de medida	Quant.	Descrição
01	m ²	4.433,89	Construção da Escola Municipal Vovó Valdete

5- Levantamento de mercado

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Com base na contratação requerida foram analisadas contratações similares formalizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de consulta pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

Nesse contexto, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções mais adequadas e eficazes para atender a demanda apresentada, tendo sido identificadas as seguintes alternativas:

- Solução 01: Pregão em sua forma eletrônica

Modalidade mais indicada para aquisições comuns, que envolvam bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia, com padrões definidos e ampla competitividade;

- Solução 02: Contratação direta (dispensa de licitação por valor)

Prevista nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, é aplicável para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, e, valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)¹ em casos de outros serviços e compras. Respectivamente.

- Solução 03: Inexigibilidade de Licitação (Art. 74 da Lei nº 14.133/2021)

A inexigibilidade se aplica quando há inviabilidade de competição, como fornecedor exclusivo ou bens que só possam ser fornecidos por um determinado produtor. Só seria possível se houver laudo ou documento oficial que comprove exclusividade do fabricante ou distribuidor, o que, para o tipo de execução que se requer, geralmente não se aplica, pois há ampla oferta no mercado.

- Solução 04: Adesão à Ata de Registro de Preços:

Se houver ata vigente de outro órgão, relacionada ao mesmo objeto, o município pode solicitar adesão à ata, desde que haja anuência do órgão gerenciador e do fornecedor. É uma opção ágil e vantajosa, se existir uma ata compatível.

¹ Valor atualizado pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

- Solução 05: Concorrência

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior retorno econômico; maior desconto.

Diante da análise das alternativas apresentadas, observa-se que o objeto em questão, construção de uma escola, caracteriza-se como obra de engenharia, cuja execução requer a observância de critérios técnicos, especificações detalhadas e adequada capacidade operacional por parte da contratada.

Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a necessidade de garantir ampla competitividade e a segurança jurídica do processo licitatório, conclui-se que a modalidade de licitação mais adequada é a **Concorrência**, em conformidade com o disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a qual se aplica à contratação de obras, serviços comuns e especiais de engenharia.

A opção pela Concorrência visa assegurar a participação do maior número possível de licitantes, promover a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e garantir a transparência e a economicidade do procedimento, em consonância com os princípios da legalidade, isonomia e eficiência que regem as contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação por meio da modalidade Concorrência, por se tratar de obra pública de engenharia, com objeto claramente definido e condições técnicas padronizadas, devendo o certame ser conduzido em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6- Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na construção de sede própria da Escola Municipal Vovó Valdete, por meio da execução de obra completa em estrutura de concreto armado e alvenaria, capaz de atender de forma adequada, segura e permanente às necessidades educacionais do Município.

A edificação será implantada conforme projetos técnicos aprovados, contemplando todos os ambientes necessários ao funcionamento de uma unidade escolar, com salas de aula, áreas administrativas, sanitários, circulações, espaços de apoio e áreas externas, observando critérios de acessibilidade, segurança, conforto ambiental e desempenho construtivo.

A solução abrange desde a mobilização inicial e implantação do canteiro de obras até a entrega da edificação em plenas condições de uso, incluindo execução de fundações, estrutura, vedações, cobertura, instalações prediais, acabamentos, paisagismo e serviços complementares.

Com a construção da sede própria, elimina-se a dependência de imóvel alugado, reduzindo custos recorrentes, incorporando patrimônio público e garantindo infraestrutura adequada e durável, alinhada às normas técnicas e à legislação vigente, promovendo eficiência administrativa e melhoria da qualidade do ensino ofertado à população.

7 – Estimativa do valor da contratação

O valor do orçamento foi obtido por meio das referências do SINAPI MG 09/2025 / SETOP SUL 07/2025 / SUDECAP MG 07/2025 / SICRO MG 07/2025, cuja planilha orçamentária completa se encontra em anexo.

Item	Und. de medida	Quant.	Descrição	Valor total (R\$)
01	m²	4.433,89	Construção da Escola Municipal Vovó Valdete	R\$12.633.027,37

8- Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

Em conformidade com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Nas compras, obras ou serviços contratados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas ou etapas que se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vista ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala.

Neste contexto, a presente contratação tem por objeto contratação de empresa para a construção da Escola Municipal Vovó Valdete, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e serviços necessários à completa execução das intervenções.

Neste contexto, a presente contratação para extensão de redes públicas de distribuição de energia envolve diversos aspectos técnicos complexos, como elaboração e adequação de projetos, execução das instalações, fornecimento de materiais e equipamentos específicos. A divisão do objeto em lotes distintos poderia dificultar a coordenação entre diferentes fornecedores e equipes, comprometendo a uniformidade, a qualidade e a segurança da execução.

Tal fragmentação também aumenta o risco de incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade e retrabalhos, o que impactaria negativamente no cumprimento dos prazos.

A definição de um único responsável técnico pela execução global da obra possibilita maior controle, integração e rastreabilidade das atividades, facilitando a identificação de eventuais falhas e a aplicação imediata de medidas corretivas.

Assim, o não parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente justificado, pois assegura melhor planejamento, execução uniforme e responsabilidade única pela entrega do resultado final, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, que admite a contratação integral quando o parcelamento se revelar inviável ou prejudicial à execução e ao interesse público.

9- Demonstrativo dos resultados pretendidos

Com a execução da obra de construção da Escola Municipal Vovó Valdete, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Disponibilização de infraestrutura escolar adequada, segura e acessível, compatível com as normas técnicas e pedagógicas vigentes;
- b) Eliminação da dependência de imóvel alugado, reduzindo despesas contínuas e incorporando patrimônio permanente ao Município;
- c) Ampliação e melhoria da capacidade de atendimento da rede municipal de ensino;
- d) Proporcionar melhores condições de ensino-aprendizagem, com ambientes apropriados para alunos e profissionais da educação;
- e) Garantir maior durabilidade, funcionalidade e desempenho da edificação, com redução de custos de manutenção a médio e longo prazo;
- f) Atendimento ao interesse público, promovendo eficiência administrativa e valorização da educação municipal.

10- Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato

Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

-Fase de planejamento

- Capacitação do projetista quanto à modelagem BIM;
- Aquisição de computador compatível com os requisitos mínimos dos softwares de modelagem BIM;
- Aquisição de licença de softwares de modelagem BIM;
- Disponibilidade de tempo hábil para realização de todos os projetos e detalhamentos

executivos conforme exigido na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

- Contratação de empresa para realizar levantamento topográfico planialtimétrico.

-Fase de fiscalização da obra

- Disponibilidade de veículo abastecido em condições de trafegabilidade;
- Aquisição de EPI (Equipamento de proteção individual) para assegurar as condições de trabalho do fiscal da obra;
- Disponibilidade de tempo hábil para acompanhamento regular da execução da obra (mínimo duas vezes por semana, ou, conforme necessidade a depender das etapas construtivas);

Ademais, antes da celebração do contrato decorrente da presente contratação, a Administração Municipal deverá adotar as seguintes providências, com vistas a assegurar a regularidade e a segurança jurídica do processo:

- a) Verificação da dotação orçamentária e da disponibilidade financeira suficiente para a execução do objeto;
- b) Elaboração dos projetos, contendo as especificações técnicas detalhadas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, garantindo a precisão das informações e a viabilidade da execução da obra;
- c) Publicação do edital e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios oficiais, assegurando ampla publicidade e transparência do certame;
- d) Verificação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da empresa vencedora, conforme exigências do edital e da legislação vigente;
- e) Análise e aprovação do cronograma de execução da obra, compatibilizando-o com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município;
- f) Indicação do fiscal e do gestor do contrato, com a devida capacitação técnica para acompanhamento, fiscalização e controle da execução;
- g) Emissão da Ordem de Serviço (OS) somente após a assinatura do contrato;
- h) Adoção de medidas de segurança e sinalização no local da obra, garantindo o cumprimento das normas regulamentadoras de segurança do trabalho e a integridade de trabalhadores e transeuntes, se necessário.

O cumprimento dessas providências é fundamental para garantir a legalidade, eficiência e transparência do procedimento licitatório e da execução contratual, assegurando que a obra seja realizada com qualidade, dentro dos prazos e custos previstos, e em conformidade com o interesse público.

11- Contratações correlatas e/ou interdependentes

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

No caso da construção da Escola Municipal Vovó Valdete não haverá contratações correlatas ou interdependentes.

12- Descrição de possíveis impactos ambientais

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

13- Avaliação de riscos potenciais mais relevantes com relação à contratação

São desempenhados pela autoridade/unidade responsável pela gestão e fiscalização do contrato, bem como por quaisquer partes relacionadas, envolvendo a revisão, checagem, vigilância, acompanhamento e em resposta a algum fato específico.

Segue na página a seguir a avaliação de risco por cada fase do contrato:

QUADRO 01: LEVANTAMENTO DE RISCOS, CAUSAS, SEUS EFEITOS E AÇÕES

1ª FASE-PLANEJAMENTO						
ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO	RESPONSÁVEL
1-A	Equívoco no levantamento das necessidades internas e falta de conhecimento e apoio técnico	Elaboração deficiente do projeto básico	baixa	alto	Fazer visitas in loco, formar um grupo de trabalho com conhecimento técnico das necessidades e fiscalizar e revisar os quantitativos da empresa contratada pelos projetos e orçamentos.	Departamento de Engenharia

1-B	Falhas, omissões ou divergências nos quantitativos estimados, constantes em quaisquer das peças, orçamentos, projetos, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares que ocasionem erros nas estimativas de custo da obra inerente a serviço com característica padrão.	Danos ao erário público, além de possíveis impugnações do edital.	baixa	alto	A licitante deve se planejar para o processo licitatório, analisando todos os projetos e demais documentos fornecidos pela Administração, elaborando orçamento próprio, exequível e analisando atentamente todo o objeto do contrato. As manifestações e questionamentos deverão ser feitos durante o processo licitatório.	Departamento de Engenharia
1-C	Cronograma físico-financeiro incompatível com a demanda	Elaboração deficiente do projeto básico	baixa	alto	Embasamento no dimensionamento de obra e índices de produtividade dos serviços, com a real descrição e expectativa da demanda, bem como servidores com capacitação técnica satisfatória para análise e aferimento dos prazos.	Departamento de Engenharia

1-D	Ações de órgãos ambientais, corpo de bombeiros, dentre outros, que ensejem em alterações de projeto(s).	Alteração de custos e do cronograma físico-financeiro. Eventual paralisação do prosseguimento da demanda.	baixa	média	Na ocorrência do risco de possibilidade de um novo cronograma físico-financeiro, aditivo de prazo e/ou suspensão temporária do contrato. Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Departamento de Engenharia
2ª FASE - FASE LICITATÓRIA						
ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO	RESPONSÁVEL
2-A	Impugnação do edital	Erros no edital ou possivelmente na documentação técnica do projeto básico	baixa	alto	Elaborar edital com critérios adequados à legislação vigente, bem como revisão de todas as peças técnicas do projeto básico de engenharia. Reestimativa e relançamento do edital no menor prazo possível	Departamento de Licitação

2-B	Faltade interesse na prestação do serviço por parte das Empresas;	Possível remarcação da data do certame, comprometendo o cronograma inicial proposto.	baixa	médio	Realizar ampla divulgação da licitação	Departamento de Licitação
2-C	Seleção irregular de empresas pela habilitação técnica	Falhas na análise da habilitação técnica e na documentação.	baixa	alto	Avaliação criteriosa das concorrentes	Departamento de Engenharia

2-D	Falta de capacidade financeira da empresa para prestar os serviços	Falta de análise criteriosa da qualificação econômico –financeira da empresa. Contratação de empresa incapaz de ir executar o serviço, as obrigações financeiras, fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas ao contrato	baixa	alto	Elaborar edital com critérios claros e objetivos, além das exigências de todas as documentações cabíveis. Estabelecer requisitos mínimos de Habilitação financeira conforme preconizado na Lei nº14.133/21	Departamento de Licitação /Agente de Contratações
-----	--	---	-------	------	--	---

3ªFASE-PÓS CONTRATAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO						
ITEM	TIPO DE RISCO	CAUSAS/EFEITOS	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO	AÇÃO	RESPONSÁVEL

3-A	Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e com relação ao recolhimento de FGTS pela Contratada.	Danos para a administração pública, além de danos aos contratados.	média	alto	Possíveis ações judiciais, quebrado contrato e necessidade de abertura de processo administrativo.	Procuradoria Geral do Município
3-B	Baixa qualidade na execução dos serviços (materiais, prazos, segurança e etc)	Serviços de baixa qualidade, causando prejuízos para a Administração e demais usuários.	baixa	alto	Estabelecer os critérios de habilitação técnico operacional e profissional compatíveis com o vulto da obra a ser executada. Planejamento prévio e fiscalização continuada da execução da obra;	Gestor e fiscal do contrato
3-C	Equipamentos inadequados para a execução das atividades	Não aquisição de ferramentas de trabalho adequadas no canteiro de obras.	média	médio	Notificação da empresa e reforço na fiscalização.	Gestor e fiscal do contrato

3-D	<p>Gestão inadequada da obra por parte da contratada, no que tange aos serviços executados ou não atendimento aos parâmetros de projeto, critérios de medição, normas técnicas e diretrizes, agentes reguladores ou quaisquer órgãos de controle e fiscalização externos.</p>	<p>Insuficiência de relatórios detalhados, fotografias, memoriais, corpos de prova, ensaios de controle tecnológico, dentre outras informações necessárias para dirimir dúvidas sobre os serviços executados. Alteração de custos. Alteração dos prazos. Paralisação dos serviços / obras. Não aprovação dos boletins de medição por parte da contratante. Reconstrução total ou parcial de serviços.</p>	média	alto	<p>Possibilidade de aplicação de penalidades e de suspensão ou rescisão do contrato.</p>	<p>Gestor e fiscal do contrato</p>
-----	--	---	-------	------	--	------------------------------------

3-E	Servidor sem capacidade técnica de fiscalizar o contrato	Decisão gerencial e fiscalização administrativa inadequada;	baixa	alto	Avaliar com antecedência o futuro fiscal do contrato com experiência e conhecimento do objeto.	Departamento de engenharia e Secretaria de Administração
3-F	Atrasos na liquidação e do pagamento da Contratada	Falta de Gerenciamento e controle do orçamento destinado ao Contrato por parte do contratante.	baixa	médio	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato, ou seja, o desembolso financeiro.	Departamento de Contabilidade

3-G	Paralisação do contrato por culpa exclusiva ou interesse da Contratante	Custos para manutenção de canteiros de obras, instalações provisórias, logística, deslocamento entre almoxarifados, bem como segurança patrimonial das instalações e dos almoxarifados. Alteração do cronograma físico-financeiro. Alteração de prazos.	baixa	alto	Possibilidade de prorrogação de prazo do contrato e de indenização, pelo valor de locação, de ferramentas e equipamentos locados. Se houver determinação para que a empresa se desmobilize, a contratante arcará com o valor contratual da desmobilização e nova mobilização. Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Secretaria de Educação
-----	--	---	-------	------	--	------------------------

3-H	Alterações nos custos com materiais de construção, não decorrentes de natureza tributária ou políticas públicas, ensejando modificações diferentes dos índices de reajuste contratual e causando desequilíbrio na equação econômico – financeira do contrato.	Alteração de custos e aumento da demanda financeira para a Administração.	média	médio	Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Departamento de Contabilidade
3-I	Atrasos no pagamento à contratada ocorrido por causas diversas, prejudicando a evolução dos serviços.	Falta de recursos para manter o contrato e sua possível suspensão.	baixa	alto	Planejar previamente os recursos, além do cumprimento da responsabilidade fiscal	Departamento de Contabilidade
3-J	Ações da prefeitura e de órgãos de controle	Alteração de custos.	baixa	médio	Na ocorrência do risco, surge a possibilidade de novo cronograma	

	Fiscalização capazes de impactar a plena execução do contrato	Alteração do Cronograma físico-financeiro. Alteração de prazos. E eventual paralisação do contrato.			físico-financeiro, aditivo de prazo e/ou suspensão temporária do contrato. Possibilidade de revisão contratual mediante a apresentação de justificativas e documentos comprobatórios.	Fiscal do contrato
3-K	Baixa produtividade e não cumprimento do cronograma físico	Atraso no cronograma físico e Consequentemente atraso na obra.	média	médio	Notificação da empresa e reforço na fiscalização.	Fiscal do contrato
3-L	Inexecução total ou parcial da obra	Atraso no cronograma físico e Consequentemente atraso na obra.	baixa	alto	Monitoramento e controle do cronograma físico-financeiro e necessidade de uma fiscalização e ficiente.	Gestor e fiscal do contrato

3-M	Paralisações da obra devido ainterferência da administração ou dos servidores locais das secretarias	Possíveis interferências dos gestores da secretaria em relação a obra ou devido às interferências em atividades administrativas externas	baixa	baixo	Alinhamento inicial com o diretor local da secretaria, bem como comunicações formais através de ofícios, esclarecendo as atividades, o cronograma e os demais detalhes e possíveis interferências técnicas que podem ocorrer durante a obra.	Fiscal do contrato
3-N	Rompimento de tubulações (incluindo adutoras, redes, concessionária de energia elétrica, empreendimentos privados, prefeitura, dentre outros do entorno e da sede da obra), ocasionado por problemas de obra sob a responsabilidade da contratada	Paralisação dos serviços / obras visando reparos. Possibilidade de danos materiais, morais, físicos, ambientais, dentre outros. Possibilidade de aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.	média	médio	Ao ocorrer o dano, a contratada deverá informar a situação às autoridades e empresas responsáveis, além de arcar com os custos de reparos e demais garantias. Possibilidade de sanções administrativas.	Fiscal e gestor do contrato

3-O	Prejuízos causados na sede da obra ou a terceiros devido à realização das obras, inclusive aqueles ocasionados por recalques do solo, vibração, movimentação de terra, tráfego de maquinário de médio porte, explosões, dentre outros.	Aumento do custo de execução. Aumento dos prazos. Paralisação da obra por ações judiciais ou por órgãos de fiscalização. Pagamento de indenizações. Aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.	baixa	médio	Na ocorrência do risco, a contratada assumirá os custos relativos aos reparos das propriedades dos terceiros, indenizações, multas, sanções, dentre outros.	Fiscal e gestor do Contrato
3-P	Erros, defeitos e/ou imperícia na execução dos serviços / projeto(s) pela contratada, decorrente de causas diversas.	Reconstrução total ou parcial de serviços. Alteração de custos. Alteração dos prazos. Paralisação dos serviços / obras. Possibilidade de danos materiais, morais, físicos, ambientais, dentre outros.	baixa	médio	A contratada providenciará a correção dos erros e defeitos. Caso não sejam adotadas as medidas necessárias / suficientes, a contratada assumirá os prejuízos / custos decorrentes da ausência de correção dos erros e defeitos. Possibilidade de aplicação de penalidades e de suspensão ou rescisão do contrato.	Fiscal e gestor do contrato

		Possibilidade de aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.			Possibilidade de sanções.	
3-Q	Atos de vandalismo ou furtos que causem danos às instalações ou aos equipamentos / materiais, antes do recebimento pela contratante.	Aumento de custos de execução. Atrasos do cronograma de execução. Custos com reparo ou descarte dos itens danificados.	baixa	médio	A contratada assumirá os prejuízos decorrentes do ato de vandalismo, inclusive reposição de equipamentos para cumprimento do objeto.	Fiscal e gestor do contrato
3-R	Ocorrência de epidemia / pandemia durante a execução contratual, com possíveis impactos ao andamento da obra e necessidade de medidas para proteção dos trabalhadores. Excetua-se deste risco o caso	Alteração de custos. Alteração dos prazos. Paralisação dos serviços / obra	baixa	médio	Na ocorrência do risco, a contratada se responsabilizará por fornecer todos os EPIs e EPCs para a segurança de seus colaboradores, assim como respeitar as recomendações / portarias locais e do Ministério da Saúde.	Fiscal e gestor do contrato

	em que a contratante, órgãos externos ou ações do Governo, estabelecida sem Decretos que exijam a paralisação do contrato / obra.					
3-S	Ocorrência de eventos climáticos e ambientais extremos, como chuvas, alagamentos, raios e outros eventos climáticos extraordinários na região da realização da obras.	Alteração nos custos. Perda de serviços e/ou materiais. Danos às instalações. Mudança no cronograma da obra. Dificuldade de acesso à obra.	média	médio	Possibilidade de prorrogação de prazo equivalente ao número de dias de chuva além da média histórica do local, durante o período total de execução da obra, segundo informações obtidas no endereço eletrônico do INMET. Também poderão ser admitidas outras prorrogações de prazo estritamente para reparar os estragos causados pelas ocorrências climáticas.	Fiscal e gestor do contrato
3-T	Ocorrências de acidentes do trabalho	Possibilidade de danos leves ou moderados a terceirizados,	média	médio	Na ocorrência do risco, a contratada se responsabilizará pelos danos e prejuízos, bem como acionamento do	Fiscal e gestor do contrato

		<p>empregados da</p> <p>Contratante e/ou</p> <p>terceiros. Paralisação das</p> <p>obras ou atraso no</p> <p>cronograma de execução.</p> <p>Aumento dos custos.</p> <p>Necessidade de repor os</p> <p>serviços, materiais e</p> <p>equipamentos danificados.</p> <p>Responsabilidade civil por</p> <p>danos à propriedade da</p> <p>contratante ou deterceiros.</p> <p>Indenizações por danos</p> <p>materiais ou morais a</p> <p>eventuais vítimas.</p> <p>Condenações na esfera</p> <p>trabalhista. Multas,</p> <p>embargos e outras</p>			seguro, conforme o caso / situação.	
--	--	---	--	--	-------------------------------------	--

		penalidades aplicadas por órgãos de fiscalização. Responsabilização penal dos responsáveis técnicos.				
3-U	Descarte irregular de resíduo sem decorrência da execução do serviço pela contratada.	Possibilidade de danos materiais, morais, físicos, ambientais, dentre outros. Possibilidade de aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes. Responsabilização criminal	média	médio	Não ocorrência do risco, a contratada arcará com os prejuízos advindos. Possibilidade de aplicação de penalidades e paralisação do contrato.	Fiscal e gestor do contrato
3-V	Não conclusão dos serviços de drenagem e esgoto pelo poder executivo.	A edificação não conseguirá lançar de forma adequada os efluentes na rede, além	média	alto	Articulação com o poder executivo deve ser constante e, diante da não conclusão em tempo hábil, avaliar de forma técnica alternativas construtivas se	Concessionária de Serviço Público de Água e Esgoto

		de problemas de escoamento da drenagem interna, impactando diretamente no funcionamento da edificação.			Possibilidade de desembolso financeiro maior para garantia da coleta de esgoto.	
3-W	Não conclusão dos serviços de pavimentação, calçadas e ordenamento do tráfego da área	Transtornos administrativos pela falta de infraestrutura de acesso adequado, poeira excessiva e insegurança no entorno.	média	baixo	Articulação com o poder executivo deve ser constante e, diante da não conclusão em tempo hábil, avaliar soluções construtivas simples para a amenização da poeira e de alagamentos.	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS

Diante a avaliação dos principais riscos, analisam-se os riscos encontrados pelos códigos de cada item:

QUADRO 02: MAPA GERAL DE RISCOS

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ALTA	-	-	-
	MÉDIA	3-W	3-C/3-H/3-K/3-N/3-S/3-T/3-U	3A/3-D/3-V
	BAIXA	3-M	1-D/2-B/3-F/3-J/3-O/3-P/3-Q/3-R	1-A/1-B/1-C/2-A/2-C/2-D/3-B/3-E/3-G/3-I/ 3-L
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
IMPACTO				

14- Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que a construção da Escola Municipal Vovó Valdete constitui solução adequada, necessária e vantajosa para atender às demandas educacionais do Município, considerando que a unidade atualmente funciona em imóvel alugado, com limitações arquitetônicas e custos recorrentes ao erário.

A proposta contempla a execução de obra completa em concreto armado e alvenaria, observando critérios de qualidade, segurança, acessibilidade e durabilidade, em conformidade com os projetos técnicos, normas vigentes e legislação aplicável. A contratação de empresa especializada mostra-se indispensável para assegurar a correta execução dos serviços, dentro dos padrões técnicos exigidos.

A implementação da sede própria permitirá a melhoria das condições de ensino, a ampliação da capacidade de atendimento, a otimização dos recursos públicos e a incorporação de patrimônio permanente ao Município, atendendo plenamente ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo, nos termos da legislação vigente.

Boa Esperança MG, 08 de janeiro de 2026.

Responsável pela elaboração do ETP

Luiz Gabriel Monteiro
Engenheiro Civil – 239913/D-MG
Departamento de Engenharia e Projetos

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Betânia Alves Monteiro
Secretária Municipal Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS
Rua Bahia, 428 – Bairro Maringá – Boa Esperança – MG
CEP 37.170-000 TEL: + 55 (35) 3851-8043
E-mail: smo.engenharia@boaesperanca.mg.gov.br